



## Negociações da Campanha Salarial 2015 entre SINAI-RN e Governo seguem sem avanços

Após quatro meses do início da Campanha Salarial 2015, as negociações entre SINAI-RN e Governo do Estado não avançaram. Isso porque o Governo, apesar de se mostrar aberto ao diálogo, nada ofereceu sob a alegação de que a falta de recursos e a Lei de Responsabilidade Fiscal o impedem de atender a pauta de reivindicações dos trabalhadores.

**Leia mais na pág. 3**

### Veja nesta edição:

#### AUDIÊNCIAS

Direção do SINAI, da FUNDAC e FJA se reúnem em encontro mediado pelo Governo

Pág.4

#### AÇÕES JUDICIAIS

Servidores estão pagando por ações que já ganharam através do SINAI

Pág.5

#### PRECATÓRIO

Precatório dos servidores da EMATER e do IDIARN ficam fora do orçamento para 2016

Pág.8

## Prestação de contas

### SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO RN - SINAI

#### DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

Receitas e despesas mês Maio de 2015

RECEITAS		Mensalidade Sindical	R\$ 103.479,16
		TOTAL	R\$ 103.479,16
Nº	DESPESAS		VALOR
01	ASSESSORIA JURÍDICA	R\$	10.824,84
02	ASSESSORIA DE IMPRENSA	R\$	2.827,00
03	ASSESSORIA CONTÁBIL	R\$	1.807,00
04	FOLHA DE PESSOAL + FÉRIAS	R\$	10.184,38
05	ENCARGOS SOCIAIS (FGTS, ISS, INSS, COFINS, CSLL, IRRF e PIS)	R\$	5.692,96
SUB TOTAL		R\$	31.336,18
06	DIEESE	R\$	681,67
07	VALE TRANSPORTE (dirigentes + funcionários)	R\$	1.704,70
08	TELEFONES + CELULAR (Natal/Caicó/Mossoró/Pau dos Ferros)	R\$	2.838,78
09	ÁGUA	R\$	374,70
10	ENERGIA	R\$	1.168,76
11	FUNDO FIXO CAICÓ	R\$	1.472,12
12	FUNDO FIXO MOSSORÓ	R\$	2.712,46
13	FUNDO FIXO PAU DOS FERROS	R\$	1.041,12
14	FUNDO FIXO SEDE NATAL (DESPESA DE PEQUENO VALOR)	R\$	1.854,48
15	DESPESA COM REFEIÇÕES DE DIRETORES EM EXPEDIENTE	R\$	1.845,00
16	DESPESA COM REFEIÇÕES DE FUNCIONÁRIOS EM EXPEDIENTE	R\$	1.358,00
17	JORNAL DO SINAI	R\$	1.180,00
18	MATERIAL DE INFORMÁTICA E MANUTENÇÃO	R\$	188,00
19	PROVEDOR DE INTERNET E TV A CABO	R\$	156,20
20	SEGURANÇA ELETRÔNICA	R\$	393,17
21	MANUTENÇÃO DO SITE DO SINAI	R\$	100,00
22	MENSALIDADE INTERSINDICAL (abril-15)	R\$	3.897,81
23	LICENCIAMENTO ANUAL - VOYAGE SEDE	R\$	397,66
24	LICENCIAMENTO ANUAL - MOTO SEDE	R\$	61,50
25	* DESP. C/ MOVIMENTOS SOCIAIS - CONGRESSO CSP CONLUTAS (NÚCLEO - NATAL)	R\$	2.500,00
26	* DESP. C/ MOVIMENTOS SOCIAIS - ASSEMBLEIA NACIONAL DE ESTUDANTES LIVRE	R\$	500,00
27	* DESP. CARTORIAL COM EMISSÃO DE CERTIDÃO	R\$	257,22
28	* DESP. C/ FARDAMENTOS DE EMPREGADOS	R\$	1.836,00
29	* DESP. C/ REGISTRO FOTOGRAFICO DE ATIVIDADES DO SINAI	R\$	250,00
30	* DESP. C/ RENOVACÃO DE ASSINATURA DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	R\$	1.956,80
31	* DESP. C/ COMPRA E INSTALAÇÃO DE 2 EQUIPAMENTOS DE SOM VEICULAR - SEDE	R\$	1.800,00
32	* DESP. CUSTAS PROCESSUAIS RT 0800025-91.2013.8.20.0001 E OUTROS	R\$	254,09
33	* DESP. C/ CONFEC. DE CÁLCULOS (RT 586-90.2009.0001 - Idema)	R\$	800,00
34	* DESP. C/ REUNIÃO DA DIREÇÃO ESTADUAL	R\$	490,00
35	* DESP. C/ A DELEGAÇÃO DO SINAI NO SEMINÁRIO SERVIÇO PÚBLICO (VALINHOS/SP)	R\$	7.696,24
36	* DESP. C/ ATIVIDADES COM A CATEGORIA - CAMP. SALARIAL (ALUGUEL DE TENDA)	R\$	250,00
TOTAL		R\$	73.154,66

RECEITAS		PRESTAÇÃO DE CONTAS	
		PREGATORIO PAGO PELO SINAI	
Receitas	R\$ 103.479,16	RT 01-256-2008 - SINAI x DATANORTE	
Despesas	R\$ 73.154,66	Crédito Bruto	R\$ 5.037.434,80
Saldo do mês	R\$ 30.324,50	Repasso aos reclamantes em fevereiro	R\$ 3.703.429,36
		Repasso aos reclamantes em março	R\$ 179.667,06
		Repasso aos reclamantes em abril	R\$ 52.990,74
		Repasso aos reclamantes em maio	R\$ 53.469,36
		Honorários Advocáticos (SINAI) fev/2015	R\$ 212.284,08
		Honorários Advogados pagos em fev/2015	R\$ 495.329,54
		Saldo para repasse aos reclamantes	R\$ 340.264,66

LEGENDA: \* despesa de caráter não-permanente

JOSÉ NILSON BEZERRA  
Coordenador Geral

TEREZINHA DE C. R. FILHA  
Contadora CRC/RN 3.805

ÁUREA GOMES DE MIRANDA  
Coordenadora Financeira

## Sindicato realiza curso de oratória para seus sócios

Evento contou com a participação de filiados de todo o estado

O SINAI promoveu, no dia 11 de junho, curso de oratória sobre como falar em público. O evento foi realizado na Escola de Governo, no Centro Administrativo de Natal, e contou com a participação de filiados de todo o estado.





### Curta a nossa Fanpage!

www.facebook.com/SinaiRN



# SINAI

Filiado à INTERSINDICAL

Órgão Informativo do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Indireta do RN

Rua Leonardo Drumond, 1661, Lagoa Nova - Cep: 59075-210  
Natal/RN - Fone: (84) 3206-1851 E-mail: sinairn@hotmail.com  
Site: www.sinairn.com.br

Administração Indireta: CEASA, DATANORTE, DER, DETRAN, EMATER, EMPARN, FUNDAC, FJA, IDEMA, IPERN, JUCERN, IDIARN, EMPROTUR e CEHAB.  
Administração Direta (SAPE, SEARH, SIN, SEPLAN, SETHAS, SEJUC, SEARA, GAC, SEMARH, SEDEC, SETUR)

**Coordenação Regional do Médio Oeste**  
Rua Luiz Ludugero, 0026 - Abolição II - Telefax: (0\*\*84) 3321.1271  
CEP: 59.612-150 - Mossoró/RN. E-mail: sinaimossoro@gmail.com

**Coordenação Regional do Seridó - Caicó/RN**  
Rua Augusto Monteiro, 1256 A - Centro - CEP: 59380-000 - Caicó/RN - Fone: (0\*\*84) 3421-2999 E-mail: sinaiserido@hotmail.com

**Coordenação Regional do Alto Oeste**  
Rua da Independência, sala 19, Hertz Center Hotel - Fone: (0\*\*84) 9609-9568  
CEP: 59.900-000 E-mail: sinaialtoeste@hotmail.com

**Coordenador Geral:**  
José Nilson Bezerra  
Zilta Nunes de Oliveira

**Coordenador Secretário:**  
Santino Arruda Silva  
Francisco das Chagas S. de Melo

**Coord. Financeiro e Tesouraria:**  
Áurea Gomes de Miranda

**Formação Política:**  
José Albano da Silveira  
Romildo Pompeu de Queiros

**Imprensa e Comunicação:**  
João Alves de Moura  
Adriano Cosme Ferreira de Souza

**Cultural, Esporte e Lazer:**  
Gilmar Oliveira Araújo

**Adm. Patrimônio e Informática:**  
Euzamar Mesquita de Figueiredo  
Manoel Marques Dantas

**Políticas Sociais:**  
José Nélio de Melo  
Ana Maria da Silva Sampaio

**Assuntos Jurídicos:**  
Eliel Elias Bezerra

**Mulher Trabalhadora:**  
Maria Assis da Silva  
Lindalva Gonçalves de Melo

# L4

Propaganda - Jornalismo - Consultoria

Fone/fax: (84) 3212-2388  
E-mail: elequatro@uol.com.br

**Jornalista responsável:**  
Leilton Lima - DRT/RN 579  
Gisélia Galvão - DRT/RN 672  
**Estagiário:**  
Denor Ramos  
**Revisão:**  
Silvaneide Dantas  
**Diagramação:**  
Marknilson Barbosa

**Campanha Salarial**

## **Governo chega ao sétimo mês de sua gestão sem avanços nas negociações com o SINAI**

**F**indo o sétimo mês da gestão do Governo Robinson Faria, avanço algum aconteceu nem na relação com os serviços públicos nem nas negociações com os servidores estaduais.

Depois de muito solicitar, a Direção do SINAI foi ouvida no dia 11 de maio pelo Governo, com a presença de 8 Secretários de Estado na mesa, para nada apresentar.

Tudo isso para o Governo dizer que nada pode oferecer, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF o impede de fazer as concessões solicitadas, cuja prioridade eleita por todas as categorias é a data-base com o reajuste salarial ao menos do índice das perdas acumuladas no período anterior. Mas isso não é novidade. Entretanto, a própria Assembleia

**“Depois de muito solicitar, a Direção do SINAI foi ouvida no dia 11 de maio pelo Governo, com a presença de 8 Secretários de Estado na mesa, para nada apresentar”**

Legislativa reajustou a remuneração do Governador, do seu Vice e dos Secretários de Governo, a partir de janeiro deste ano, tendo como justificativa as perdas do período anterior. Não há erro nisso, o erro é a negativa, agora, para o funcionalismo.

Mesmo reconhecendo a importância de se estabelecer uma data para o aumento e reposição das perdas salariais, os representantes do Governo disseram que, no momento, “não há a menor possibilidade” de se atender

a essa demanda.

Segundo o Secretário Geral do SINAI, Santino Arruda, o Sindicato rebateu o argumento do Governo ao apresentar uma entrevista do procurador de contas do Tribunal de Contas do Estado - TCE, em jornal de circulação do Estado, afirmando que a Lei não permite que se reajustem salários do funcionalismo, caso o executivo esteja no seu limite prudencial, no entanto não veta a reposição de

perdas salariais acumuladas. “E a Constituição diz que o Executivo é obrigado a encaminhar a mensagem à Câmara”, argumenta.

Na reunião, a Chefe do Gabinete Civil, dra. Tatiana Mendes, afirmou que só após a publicação do relatório fiscal em 30 de setembro, é que o Governo verá a possibilidade de rever as perdas do funcionalismo.

Entretanto, ficou acertado que o Governo irá mediar as audiências entre o SINAI e os gestores dos 13 órgãos que compõem a base do Sindicato.

A rodada de audiências se iniciou no dia 9 de julho, com reuniões que acontecerão entre a direção do SINAI e o gestor de cada órgão, mediadas pelo Gabinete Civil.

## **SINAI realiza seminário sobre Direito Previdenciário no interior do estado**

**Comitiva passou pelas cidades de Caicó, Pau dos Ferros e Mossoró**



**O** SINAI, em parceria com o FOPEMSE (Fórum Permanente dos Servidores), promoveu um seminário sobre Direito Previdenciário.

O evento, que teve como tema O Servidor Público Estadual e os Direitos Previdenciários, foi ministrado pelo Dr. Nereu Batista, assessor jurídico do IPERN e ex-presidente do Conselho Previdenciário.

O seminário foi realizado nas cidades de Caicó, Pau dos Ferros e Mossoró, de 7 a 9 de julho.

“Foi um sucesso. A participação da base do Sindicato foi muito positiva. Sobretudo porque previdência é um assunto que interessa a todos”, afirmou o diretor de formação política do SINAI, Romildo Pompeu.

## Audiências

# Direção do SINAI, da FUNDAC e FJA se reúnem em encontro mediado pelo Governo

**Na pauta, discussões sobre reivindicações da campanha salarial de 2015**

**A**s direções do SINAI, FUNDAC e Fundação José Augusto estiveram reunidas durante encontro mediado pelo Gabinete Civil para discutir a pauta de reivindicações das duas

categorias. As audiências foram as primeiras mediadas pelo Governo do Estado nesta Campanha Salarial 2015. A expectativa é que até o dia 15 de agosto sejam realizadas as audiências das demais categorias.



**Leia a seguir as resoluções em andamento para as duas categorias:**

### FUNDAC

#### Contratações temporárias

O Sindicato questionou as prováveis contratações temporárias, por entender que estas substituiriam os atuais Educadores. Entretanto o gestor da FUNDAC, Ricardo Cabal, negou essa possibilidade. Complementou alegando que as contratações complementarão o atual quadro para as unidades da Fundação. O SINAI contra-argumentou, defendendo que a FUNDAC deve permanecer com os trabalhadores que estão qualificados e que desempenham bem a função.

#### PCCR

Quanto à reestruturação do Plano de Carreira, ficou certo que este ficará pronto o mais breve possível e depois encaminhado ao Gabinete Civil. A chefe do Gabinete Civil, dra. Tatiana Mendes, lembrou, entretanto, que não será encaminhado à Assembleia Legislativa agora, devido ao fato de o Estado ainda estar no limite prudencial. Mas se comprometeu com a FUNDAC em encaminhar a proposta.

No dia 3 de agosto, a partir das 15h, haverá uma reunião na sede da Fundação para analisar o projeto.

#### Redistribuição

Outro ponto visto com o gestor da Fundação foram as redistribuições, que continuam sendo feitas. Para isso, basta que

o órgão receptor assim o solicite.

#### Devoluções

O SINAI perguntou ao presidente se não estaria havendo exageros nas devoluções de Educadores e demais servidores das casas da FUNDAC. Ricardo argumentou dizendo que esses casos são justificados por razões técnicas. Entretanto, o Sindicato alegou que tem recebido informações de que está havendo, sim, devoluções sem a observância do perfil profissional dos educadores.

#### Reformas

Sobre a reforma do CEDUC Caicó, disseram que será feita em breve. Sobre o CEDUC Pitimbu, será reaberto logo que forem feitas as contratações temporárias, que

virão acompanhadas pelo processo do concurso público, afirmaram.

#### Saúde

A saúde dos servidores da FUNDAC também foi posta em cheque na reunião. O Sindicato propôs que fosse feito um plano de saúde, entretanto a secretária descartou a possibilidade. Na insistência, o SINAI sugeriu que fosse aberto um diálogo com o Governo, para que o Hospital da Polícia Militar e seu Centro Clínico passem a compor o atendimento à saúde para o conjunto do funcionalismo.

### FJA

#### Cargos comissionados

A Fundação José Augusto está descumprindo a Lei do Plano, que determina que 30% dos cargos comissionados devem ser destinados aos servidores efetivos. A secretária do Gabinete Civil, Tatiana Mendes, pediu que o

Sindicato enviasse um ofício solicitando tal cumprimento. O documento foi protocolado logo após o encontro.

Será criada uma equipe, composta por um representante dos servidores e outro do Sindicato, para produzir um organograma dos cargos comissionados da FJA.

#### Abono de permanência

O Sindicato cobrou o pagamento do abono de permanência para alguns servidores. A orientação foi de que a FJA envie uma lista com os nomes, matrículas e número do processo, para que, a partir daí, a secretaria de administração tome as devidas providências.

#### Plano de Carreira

Desde a sua concepção, o Plano de Carreira da Fundação se mantém com alguns erros. Ainda foram pautados os erros existentes no Plano de Carreira da categoria. Por sua vez, foi solicitado ao SINAI que se encaminhasse um documento do Plano com as respectivas correções.

**Ações Judiciais**

## Servidores estão pagando por ações que já ganharam através do Sinai

**I**nformações chegadas ao Sindicato dão conta de que alguns servidores, na ânsia de receber, com maior rapidez, os valores a eles devidos, estão contratando advogados particulares para um serviço que já foi prestado. A decisão pode representar uma despesa extra totalmente desnecessária.

É que o SINAI ganhou praticamente todas as ações judiciais para a implantação dos benefícios às categorias que obtiveram Planos de Cargos, Carreiras e Salários e/ou realinhamento nas tabelas salariais em 2010.

A única exceção é a Ação do DER, que aguarda o trânsito em julgado para sua implantação. Os benefícios já foram implantados

nos contracheques dos trabalhadores. Esses Mandados de Segurança garantem o pagamento do período da data do ajuizamento da ação até a data efetiva da incorporação.

A direção do SINAI comunica ainda que já ajuizou as

ações de cobrança dos atrasados, em janeiro de 2013, relativas a TODAS as leis complementares. Algumas já foram julgadas procedentes, como nos casos da Administração Direta e do Gabinete Civil. Ambas em elaboração de cálculos.

Sendo assim, os beneficiários podem procurar a direção do Sindicato para mais informações, de segunda a sexta-feira.

Veja abaixo os números das ações e suas respectivas Varas:

- a) **Administração Direta:** 0800025.91.2013.8.20.0001 - 2ª Vara da Fazenda Pública
- b) **DER:** 0800023.24.2013.8.20.0001 - 4ª Vara da Fazenda Publica
- c) **Emater:** 0800021.54.2013.8.20.0001 - 2ª Vara da Fazenda Pública
- d) **Fundação José Augusto:** 0800026.76.2013.8.20.0001 - 3ª Vara da Fazenda Pública
- e) **Gabinete Civil:** 0800018.02.2013.8.20.0001 - 2ª Vara da Fazenda Pública
- f) **IDEMA:** 0800022.39.2013.8.20.0001 - 5ª Vara da Fazenda Publica
- g) **IDIARN:** 0800027.61.2013.8.20.0001 - 5ª Vara da Fazenda Publica
- h) **JUCERN:** 0800019.84.2013.8.20.0001 - 1ª Vara da Fazenda Publica

## Terceirização foi tema de audiência pública em sessão na Assembleia Legislativa de Natal

**O objetivo é alertar a sociedade sobre os riscos da terceirização para a classe trabalhadora**

**A** Intersindical participou de uma audiência pública sobre o PLC 30 (projeto de terceirização), presidida pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, senador Paulo Paim (PT-RS). A Central foi representada no RN pelo diretor da executiva da nacional, Santino Arruda.

A audiência foi realizada no dia 22 de julho, na Assembleia Legislativa. O objetivo é alertar a sociedade sobre os riscos da terceirização para a classe trabalhadora.

Participaram da sessão sindicatos, movimentos sociais, mandatos políticos, entre outros.

Paim disse que a luta contra a aprovação da terceirização generalizada “é uma grande causa”. Emocionado, disse que vai manter o compromisso de visitar todos os Estados para pedir que o PLC seja rejeitado no Senado.

“Quando eu peço os dados, que me mostram que o trabalhador terceirizado ganha menos, trabalha mais e se acidenta mais não tem como não abraçar essa bandeira, que é uma causa justa de interesse dos trabalhadores brasileiros”, comentou.

A CDH (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal) está realizando uma rodada de audiências públicas por todo o país. Além do Rio Grande do Norte, a comitiva já passou por Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. A Intersindical esteve em todas as sessões.



Foto: Valdemir Alencar

## Informe Jurídico

### **DATANORTE deve cerca de 80 milhões a seus empregados, e CAEX não libera crédito já à disposição dos beneficiários**

**Muitos dos empregados da Empresa, que já recebem hoje um salário mínimo, estão sendo penalizados**

**C**erca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) está à disposição dos trabalhadores da Companhia de Processamento de Dados - DATANORTE desde setembro/2014. O valor é fruto do último acordo realizado entre o SINAI, DATANORTE e Justiça do Trabalho.

Entretanto a Central de Apoio à Execução - CAEX, onde se encontram todos os processos em execução da DATANORTE, não tem liberado valor algum relativo aos créditos dos beneficiários.

A Direção do SINAI avalia essa



situação como absurda, uma vez que a Companhia deve cerca de 80 milhões a seus empregados e a CAEX não tem convocado ninguém para receber o montante que já se encontra à disposição na Justiça.

Em reunião realizada com o Juiz titular da Central de Apoio, o magistrado se

comprometeu a convocar os beneficiários agora em agosto para conciliar.

A CAEX tem à sua disposição todo o patrimônio da DATANORTE, tais como terrenos, hotéis, centros comerciais e vários outros bens e, infelizmente, não tem colocado esses bens a leilão para pagamento das

dívidas trabalhistas.

“Esperamos que a Justiça do Trabalho seja mais ágil para que possamos receber alguma coisa em vida, pois partindo da realidade atual, os trabalhadores demorariam 80 anos para receberem seus créditos”, declara o coordenador jurídico do SINAI, Eliel bezerra.

A direção do Sindicato faz questão de lembrar que a relação com os contemplados para negociar seus créditos é de inteira responsabilidade da Justiça do Trabalho, o que o sindicato faz é apenas encaminhar os pedidos de conciliação.

### **SINAI prepara cálculos para trabalhadores da Administração Direta abrangidos pela LC 432/2010**

**Pagamento ao perito contábil contratado pelo SINAI só ocorrerá quando a categoria receber o atrasado**

**O** SINAI está providenciando os cálculos referentes à cobrança de todo o passivo do Plano de Carreira para os servidores da

Administração Direta.

O cálculo que está sendo providenciado é de julho de 2010 até a data da implantação do Plano, para todos os trabalhadores abrangidos pela LC 432/2010,

que tiveram o cumprimento da lei em julho de 2014.

O pagamento ao perito contábil contratado pelo SINAI só ocorrerá quando a categoria receber o atrasado. A Direção pede que,

caso algum servidor não tenha interesse que os cálculos sejam encaminhados pelo SINAI, comunique ao seu departamento jurídico o quanto antes.

**Informe Jurídico**

**SINAI apresenta cálculos em processo que cobra depósitos de FGTS dos servidores da FUNDAC**

**Ação cobra atrasados da data da contratação dos servidores até junho de 1994**

**O** SINAI apresentou os cálculos de liquidação no processo que cobra os depósitos de FGTS dos servidores da FUNDAC, atrasados e não depositados da data da contratação até junho de 1994. A ação é a de nº 03-867/96 e tramita na 3ª Vara do Trabalho de Natal.

A Procuradoria Geral do Estado - PGE foi notificada para falar sobre os referidos cálculos e devolveu o processo com algumas alterações nos valores a menor. O SINAI pediu ao o Juiz da 3ª Vara, Dr. Decio Teixeira, que liberasse a parte que o Estado confessa que deve, e a diferença seria

verificada na sequência.

Entretanto, esse pedido está no gabinete do Juiz desde o dia 06 de fevereiro de 2015 para ser analisado. Só após esse despacho é que O Sindicato trabalhará junto à Coordenadoria de Precatórios para fazer uma triagem de

quem é Requisitório de Pequeno Valor – RPV, (que são os valores pagos para quem tem créditos a receber de até 20 salários mínimos); acima disso, será expedido o Precatório Requisitório - PR (para quem tem crédito a receber superior a 20 salários).

**Governo descumpre decisão judicial e paga PCCR dos servidores da EMATER com um mês de atraso**

**SINAI cobra na Justiça pagamento de retroativo**

**A** Justiça determinou a implantação do Plano de Cargos dos servidores da Emater agora no mês de abril. Entretanto, o Governo só cumpriu a determinação judicial em maio.

A assessoria jurídica do Sinai peticionou ao desembargador

da ação comunicando o descumprimento e solicitando o pagamento retroativo ao mês de abril de 2015, e mesmo apresentando provas de que a decisão não foi cumprida nos contracheques dos servidores no mês de abril, o desembargador resolveu intimar o Governo do Estado, o Secretário de Administração

e o presidente do IPERN, para se pronunciar sobre a nossa denúncia. “É absurdo a longa espera e a burocracia que os trabalhadores sofrem para usufruírem de direitos já conquistados”, conclui o coordenador jurídico do SINAI, Eliel Bezerra

Reunidos em assembleia, a categoria aprovou a contratação de

perito contábil para elaboração dos cálculos referentes ao período da Lei Complementar 435/2010 até o mês da implantação. O pagamento das custas pelos beneficiários da ação ao perito será de R\$ 40,00 para os filiados ao Sindicato e de R\$ 60,00, para os não sócios, pagos em duas parcelas.

**STF julga correção de tabelas salariais dos servidores do DER**

**SINAI aguarda retorno dos autos para o TJ/RN**

**O** processo da correção das tabelas salariais dos servidores do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, finalmente foi julgado no Supremo

Tribunal Federal (STF). O SINAI aguarda agora o retorno dos autos do processo do Supremo para o Tribunal de Justiça do RN, o mais breve possível, para que o

mandado de segurança seja cumprido.

Em reunião entre o Sindicato e a direção do DER, o gestor do Departamento se comprometeu em fazer um levantamento sobre o impacto

financeiro relativo ao Plano e, em seguida, apresentar ao Governo. O pagamento, segundo o diretor do órgão, deverá acontecer a partir de setembro deste ano.

**URV**

Os processos da URV de todo o Brasil ainda se encontram no gabinete do Ministro Luiz Fux, aguardando julgamento de embargo de declaração feito pela Procuradoria Geral do Estado.

Só após o julgamento, é que faremos os cálculos de liquidação.

O número do processo no Supremo Tribunal Federal – STF é 561836RN.

**FJA**

A assessoria jurídica do Sinai já apresentou os cálculos do mandado de segurança do Plano de Carreira dos servidores da Fundação José Augusto.

Os cálculos equivalem

ao período desde a data do ajuizamento da ação até a data da implantação do reajuste final. Em relação aos cálculos que antecedem o mandado de segurança, estes estão em fase de conclusão.

**IDEMA**

Durante assembleia realizada com os servidores do IDEMA, a categoria aprovou

a contratação dos serviços de um profissional para elaboração dos cálculos da LC/438.

A realização desses cálculos ainda está em andamento, devido ao fato de existir no quadro de pessoal do IDEMA várias incorporações judiciais e situações de caráter individual, o que vem atrasando um pouco a execução dos serviços.

## Precatório

# Precatório dos servidores da EMATER e do IDIARN ficam de fora do orçamento para 2016

**Prazo para inclusão no orçamento se encerrou no último dia 30 de junho**

**M**esmo diante de todo o esforço do Sindicato, no sentido de que os cálculos fossem apresentados a tempo de a Justiça incluir o Precatório Requisitório – PR para pagamento no orçamento de 2016, créditos aos servidores da Emater e do Idiarn, por falta de estrutura de pessoal do Tribunal de Justiça do RN, isso não aconteceu. O prazo limite para que isso acontecesse se

encerrou dia 30 de junho.

No caso dos servidores da Emater, o SINAI apresentou os cálculos no processo que cobra o pagamento de duas horas extras de trabalho para todos os servidores contratados no último concurso da Empresa. A Emater foi notificada para falar e contestou os cálculos. Os beneficiários da ação concordaram com os cálculos apresentados pelo Estado,

e estes foram enviados ao Tribunal de Justiça, para o Gabinete do Desembargador Claudio Santos.

Já para os servidores do IDIARN, o SINAI não só apresentou os cálculos referentes ao mandado de segurança referente ao realinhamento de tabelas, como também já foram homologados.

Na avaliação da direção do Sindicato, Infelizmente por

falta de condições humanas dos servidores do Tribunal de Justiça do RN, devido à estrutura de pessoal ali naquele setor, quem ficou no prejuízo foram os servidores das duas categorias. “O SINAI não medirá esforços para fazer a luta e percorrer todos os caminhos necessários em defesa dos direitos desses trabalhadores”, declarou Santino Arruda, secretário geral do SINAI RN.

## Protesto

# Intersindical convoca trabalhadores para protesto contra o ajuste fiscal e ataques do Congresso

**Manifestações estão marcadas para o dia 20 de agosto**

“Tomar as ruas por direitos, liberdade e democracia. Contra a direita e o ajuste fiscal”. É com essa bandeira de luta que a Intersindical está convocando os trabalhadores para ir às ruas, no dia 20 de agosto.

O objetivo é protestar contra o ajuste fiscal do Governo Federal, os rumos da economia e a pauta conservadora do Congresso (terceirização, redução da maioria penal, manutenção do financiamento empresarial de campanhas e projetos que visam privatizar a Petrobrás).

As manifestações objetivam ainda recolocar na agenda do Brasil as reformas populares que possam chegar às raízes dos principais problemas que atingem a maioria dos trabalhadores, como:

**1.** Reforma Tributária para desonerar salários e diminuir os impostos indiretos, instituindo imposto sobre grandes fortunas e heranças, imposto sobre os

ganhos de capital visando a uma melhor distribuição de renda, redução das desigualdades sociais, promovendo justiça tributária.

**2.** Reforma Urbana com o combate à especulação imobiliária, garantia do direito à cidade por meio do acesso à moradia digna para famílias de baixa renda e mobilidade urbana para todos/as.

**3.** Reforma Agrária que garanta democratização do acesso à terra, ao crédito, assistência técnica e as políticas sociais na área da saúde, educação e saneamento básico para sem terras e populações tradicionais.

**4.** Democratização e controle social dos meios de comunicação, garantindo ampla liberdade de expressão para todos. Liberdade de imprensa para todos não pode ser confundida com liberdade de empresa.



**5.** Fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais, garantindo participação igualitária para as diversas posições políticas, ampliando mecanismos de democracia direta e de participação popular.

**6.** Redução drástica dos juros praticados pelos bancos, que prejudicam os clientes e os

que necessitam de crédito, bem como suga as riquezas do país através do pagamento dos títulos da dívida pública. Auditoria da dívida pública.

**7.** Por um modelo de desenvolvimento inclusivo, solidário e que não gere desequilíbrio socioambiental.

Fonte: Intersindical